

ENTRE CABANOS E PLEBEUS: a presença da história clássica romana na obra *Motins Políticos*

Luciano Demetrius Barbosa Lima
Mestre em História Social da Amazônia – UFPA

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade explorar aspectos da obra *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, do historiador Domingos Antônio Raiol, por se constituir numa abordagem essencial para o conhecimento de como intelectuais brasileiros do século XIX empregavam exemplos da história greco-romana em seus livros. Assim, embora a narrativa de Raiol fosse muito mais voltada para a descrição dos conflitos político-sociais no Pará, nela, o lugar das representações da história clássica, contudo não esteve ausente, aparecendo constantemente sob múltiplas formas, ao longo dos eventos descritos pelo autor. A partir deste pressuposto analítico, pretende-se expor algumas das várias “representações” da história greco-romana contidas nessa narrativa, para tentar entender mais profundamente as nítidas interações desses aspectos no texto de Raiol.

PALAVRAS-CHAVE: Motins Políticos, história clássica, narrativa, Século XIX.

ABSTRACT: The present work aims explore the aspects of the work *Political Riots or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835*, of the historian Domingos Antonio Raiol, since it constitutes an essential support for the knowledge of how Brazilian intellectuals of the century XIX, employ examples of Greco-Roman history in his books. Thus, although Raiol's narrative directed toward the description of the social and political conflicts in Pará, in it, the place of the classic story representations was not absent, constantly appearing in multiple forms, throughout the events described by the author. From this presupposed analysis, I intend to display some of the various “representations” of the Greco-Roman history, contained in this narrative, to try to more deeply understand the clear interactions these aspects in the text of Raiol.

KEY-WORDS: Political Riots, classic story, narrative, Century XIX.

No final do século XIX, quando o regime imperial no Brasil passava por sucessivas crises, um conhecido representante da intelectualidade paraense, bacharel em direito e autor de uma variada bibliografia, expressou em uma de suas obras mais conhecidas, denominada *Motins Políticos*, as seguintes palavras: “o historiador político escreverá o livro do povo – um como aqueles fragmentos da Sibila que os romanos consultavam nas grandes tempestades de sua república” (RAIOL, 1970: 412). Estas considerações, escritas há mais de um século por Domingos Antônio Raiol¹ nas páginas de um livro publicado em cinco tomos, entre 1865 e 1890, poderiam passar despercebidas se parte dos “fragmentos” utilizados por este historiador como “exemplos”, “erudição” ou na forma de “lições”, não fossem extraídos do passado clássico romano.

Essa obra, responsável por analisar o contexto de lutas político-sociais que abalaram a província do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, era subdividido por Raiol em três momentos específicos: o primeiro aborda “os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil”; em seguida, são investigados os acontecimentos deflagrados “desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I”; e na parte final são averiguados “os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835” (1970: 7).

Por outro lado, a presença dessas características no texto de *Motins Políticos* pode parecer algo contraditório, já que o autor, formado em direito pela Faculdade de Olinda em 1854, teve, em muitos de seus escritos, aproximações com o subjetivismo e sentimentalismo românticos, “antes de tudo, um movimento de oposição violenta ao classicismo” (ROSENFELD; GUINSBURG, 2005: 261).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o estilo romântico, presente no caráter sentimental da escrita de Raiol afluía, recusando “a cosmovisão racionalista e a estética neoclássica a ela ligada” (FIGUEIREDO, 2008: 3), não deixava de valorizar e enaltecer, no campo historiográfico, as experiências dos antigos, pois se no século XIX os ideais de “civilização” e “progresso” estavam no auge, o passado clássico transformou-se em uma forma de “mito. Paradigma heurístico para a história das civilizações modernas” (2008: 262). Assim, enquanto o escritor romântico José de Alencar, nas suas obras de ficção, valeu-se

¹ Domingos Antônio Raiol, possuidor do título nobiliárquico de Barão do Guajará adquirido no final do Império, foi um dos mais proeminentes historiadores e intelectuais do Norte do Brasil de sua época. Filho de Pedro Antônio Raiol e D. Archangela Raiol, ele nasceu em Vigia, localizada na província do Grão-Pará em 04 de março de 1830, estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Recife. Foi um dos principais líderes do Partido Liberal no Pará tornando-se por indicação imperial presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883).

de aspectos da cultura medieval em seu “*mundo primitivo e puro*” (ROSENFELD; GUINSBURG, 2005: 272), para construir a figura de um índio com “espírito” de “cavaleiro” na obra *O Guarani*, o historiador de “traços” românticos Domingos Antônio Raiol voltou-se para a antiguidade clássica, porque acreditava que “*o mundo greco-romano foi (...) o da ordem ideal das coisas, (...). Do seu conhecimento decorrem novas maneiras de conceber o tempo, o passado e a historiografia*” (CARBONELL, 1987: 79).

Dessa forma, torna-se uma tarefa instigante analisar a presença de trechos da história clássica romana nas páginas de um livro publicado em uma época na qual o ideal de “progresso” era extremamente valorizado e no qual havia o amplo reconhecimento do termo “clássico”, para o qual, um dos significados “*diz respeito ao período em que a literatura, as artes, a cultura de uma nação ou de uma ‘civilização’ alcançam um grande florescimento ou então o seu apogeu*” (ROSENFELD; GUINSBURG, 2005: 262).

A partir dessas considerações e com apoio de fontes bibliográficas variadas, este artigo objetiva investigar os diversos “usos” da história clássica na narrativa do Barão de Guajará, não apenas na forma de “erudição” e “exemplos”, mas também como “lições” direcionadas às elites político-intelectuais do Império no Brasil. Porém, vale ressaltar que não se pretende encaminhar este estudo para uma análise mais profunda da história antiga dos romanos, e sim observar como e por que essas descrições e citações foram inseridas nas páginas de *Motins Políticos* há mais de um século.

Por outro lado, diversos foram os estudiosos portadores de múltiplas concepções, que no contexto anterior ou contemporâneo a Raiol, fizeram uso de argumentos pertencentes à história antiga romana, seja na forma de erudição ou para referendar suas respectivas narrativas. Assim, no século XVIII, em um momento no qual a história começava a se assumir “*como uma forma de escrita não literária*” (LIMA, 1989: 106), Jean Jacques Rousseau, ao analisar o papel dos legisladores em sua obra “*Do contrato social*”, expressou, em uma nítida crítica ao poder absolutista ainda existente na Europa, que “*Roma, na época mais bela, viu renascer em seu seio todos os crimes da tirania e esteve em vias de perecer por haver reunido nas mesmas cabeças a autoridade legislativa e o poder soberano*” (ROUSSEAU, 1983: 58).

Já no século XIX, quando a escrita histórica buscava ser “*fundada no princípio da causalidade científica*” (LIMA, 1989: 107), o historiador alemão Leopold Von Ranke, considerado um dos precursores da ciência histórica moderna, ao analisar o reino da Prússia, fez uma interessante comparação do poder militar desta com o romano da antiguidade, afirmando em uma de suas obras, que “*Roma era o mundo – sem outro apoio*

que não fosse o do valor de sua própria pessoa e da ideia pela qual lutava. O rei da Prússia tinha que encarar e defender sua pátria” (RANKE, 1979: 165).

No contexto contemporâneo a Ranke, outro importante pensador de origem alemã, chamado Karl Marx, elaborava as ideias que originariam o chamado “socialismo científico”. Para a construção de tal teoria, Marx também considerou fundamental analisar a história romana, exprimindo, por exemplo, em relação a esta que “*a concentração da propriedade privada, iniciada muito cedo em Roma, como prova a Lei Agrária de Licínio, progrediu rapidamente depois das guerras civis, sobretudo sob o império*” (MARX, 1996: 48).

A presença de referências, termos ou citações pertencentes à história clássica nos textos de autores tão diversos, como Rousseau, Ranke e Marx, representa uma prova das múltiplas utilidades que o “retorno” ao passado romano simbolizava. Assim, o emprego de “argumentos” provenientes de textos da antiguidade clássica não esteve de forma alguma limitado ao uso de intelectuais pertencentes a esta ou aquela ideologia e área de conhecimento, mas foi “adaptado” de acordo com os valores e intenções provenientes de cada uma delas, tornando-se, como já ressaltado, um “paradigma heurístico” da época, que permitia também um constante diálogo entre o antigo e o moderno.

Dessa forma, a imbricação entre narrativa histórica e o uso do recurso da história clássica, mais que um fim, era um meio encontrado por vários estudiosos pertencentes a mais diversas tendências naquele contexto, não apenas para reforçarem e consolidarem seus argumentos, mas também no sentido de demonstrarem inspiração e erudição.

É nesse sentido que este estudo da obra “*Motins Políticos*” possui um caráter inovador, pois embora ela tenha sido utilizada como uma das fontes principais, para as mais variadas análises da história amazônica na primeira metade do século XIX, por parte de múltiplos autores – como Henrique Jorge Hurley (1936), Ernesto Cruz (1942), Júlio José Chiavenato (1984), Pasquale Di Paolo (1990), Vicente Salles (1992), etc. –, todos eles, por motivos diversos, não deram importância à visível presença da história clássica nos escritos do Barão, enfocando com mais profundidade temáticas voltadas às questões político-sociais, como Cabanagem, Adesão, Escravidão, etc. Assim, refletir sobre o uso de conceitos e descrições pertencentes à história romana em uma obra como “*Motins Políticos*” já seria algo bastante instigante. Mas, além desse ponto tal tarefa também é inovadora porque nenhuma análise mais sistemática em relação ao uso destes “recursos” neste livro foi feita, tornando a elaboração do presente artigo um caminho praticamente inexplorado.

A partir dessas considerações e sem negar no referido livro “*a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril*” (BRAUDEL, 1992: 23), os tópicos a seguir

objetivarão mostrar um “outro lado” da narrativa de Raiol pouco percebido e praticamente não adentrado pela diversidade de intelectuais aqui referenciados. Estes revelarão a inserção de referências do passado clássico na plenitude de uma narrativa histórica, pois “*precisamos descer, ir mais fundo, (...) aí encontraríamos o que realmente deu forma às camadas superficiais da política*” (WORSTER, 1991: 1), e que recobre o texto do Barão de Guajará.

Erudição e dominação: O passado romano como legitimador do regime Imperial brasileiro na obra de Domingos Antônio Raiol

Na segunda metade do século XIX, quando diversos estudiosos brasileiros preocupavam-se em estabelecer as bases de uma história nacional, um jovem autor paraense inseria, aparentemente de forma despretensiosa nas páginas de seu livro intitulado “*Motins Políticos*”, termos como: “*augusto príncipe*” (RAIOL, 1970: 460), “*augusta pessoa*” (1970: 461), “*augusta dinastia*” (1970: 462), em referência ao governo e a pessoa de D. Pedro II. Essa ênfase na utilização da palavra “augusto” para designar a monarquia no Brasil, prática bastante comum no meio intelectual da época, além de perpassar variados interesses políticos, sociais e ideológicos, remetia ao passado clássico romano, cujo significado – na Roma antiga era de “sagrado, divino, majestoso” – e servia para indicar a figura dos imperadores.

Para Domingos Antônio Raiol, historiador responsável por introduzir aquelas expressões em sua obra, o passado clássico funcionava como uma espécie de “argumento legitimador” de discursos que visavam o “controle sócio-político”, já que naquele contexto, a “*política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, (...) eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar*” (CHALHOUB, 1998: 95) o regime monárquico.

Nesse sentido, havia, por parte do Barão de Guajará, vários objetivos em inserir trechos da antiguidade clássica romana em sua narrativa: um deles representava certa perspectiva em demonstrar sua capacidade intelectual, e algo além: a permanência da ordem política Imperial. Assim, é importante enfatizar que no contexto histórico da segunda metade do século XIX, no qual Raiol escrevia “*Motins Políticos*”, a nação brasileira ainda estava se consolidando política e geograficamente. Assim, essa obra e a própria inclusão de referências pertencentes à antiguidade também refletiam o processo de mudanças institucionais e sociais.

Para a construção de um discurso legitimador do *status quo* imperial, antes de tudo era fundamental demonstrar uma condição de “superioridade” intelectual, por meio de argumentos que comprovassem “civilidade” e “erudição”, não apenas para a adequação aos valores e anseios das elites letradas que teriam acesso à obra no período, mas também em relação ao povo, pois a “*historiografia de cada nação estabelece uma versão oficial de um passado revisto e corrigido pela ideologia reinante e os valores que ela professa*” (GUSDORF, 1993: 18). Assim, a presença de variadas literaturas no texto de Raiol, entre elas a pertencente à história romana, não ocorreu por acaso, possibilitando perceber, entre outros aspectos, que sua presença não era nada casual, simbolizando uma “estratégia” de “dominação”, além de outros interesses, sobre os quais a historiadora Magda Ricci tece algumas considerações, como pode-se observar nas palavras a seguir:

É importante notar que o texto de Raiol vai se constituindo por analogias retiradas ora de termos vindos do vocabulário iluminista, tais como “dotes naturais”, povo de instinto do bem, ora do vocabulário greco-romano (saturno, por exemplo). Raiol vai opondo sua erudição de escrita à pobreza cabana. (RICCI, 1993: 22).

Por meio dessa argumentação, é possível perceber que um dos interesses pela presença de um vocabulário “ilustrado” na obra “*Motins Políticos*” simbolizava também uma forma de demonstrar “civilidade” e, conseqüentemente, “superioridade” intelectual por parte de Raiol. Assim, o constante recurso ao passado romano servia para demonstrar, entre outros aspectos, a capacidade intelectual do autor de relacionar acontecimentos históricos pertencentes a diferentes épocas e o conhecimento que ele possuía em relação aos eventos deflagrados na antiguidade.

Dessa forma, Domingos Antônio Raiol admirava a literatura clássica não apenas em razão desta exaltar em muitos momentos, a política e seus ideais, estabelecendo uma forma de “*uso político da história da antiguidade*” (FIGUEIREDO, 2008: 4), mas principalmente porque os antigos romanos há aproximadamente dois mil anos, produziam história como forma de diferenciar seus costumes dos pertencentes aos povos chamados por eles de “bárbaros”, como pode-se observar nas palavras a seguir, do historiador francês Jacques Le Goff:

O saber ocidental considera, pois que a história nasceu com os gregos. Está ligada a duas motivações principais. Uma de ordem étnica, consiste em distinguir os gregos dos bárbaros. À concepção de história está ligada a idéia de civilização. (...) O outro estímulo da história grega é a política ligada as estruturas sociais (LE GOFF, 2003: 62).

As palavras presentes na citação são esclarecedoras, pois permitem verificar alguns dos aspectos fundamentais que motivaram o Barão de Guajará a colocar constantes referências e exemplos pertencentes à literatura clássica em sua obra. Um desses aspectos consistia na valorização do passado romano em relação às questões sócio-políticas. Outro estava ligado ao fato da história, desde suas origens, representar um ponto de oposição entre a cultura “civilizada” e letrada, considerada “superior”, e os costumes considerados “bárbaros”, pertencentes às populações sem o conhecimento da escrita, ou não inseridas na cultura europeia. Não por acaso, em diferentes momentos de sua obra, Domingos Antônio Raiol faz referências a esta questão, ao descrever os costumes e atos daqueles que ele considerava não “civilizados”, no caso em questão, as “turbas” e suas ações:

Homens de ínfima classe social, sem educação nem moralidade, dados na sua maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades e não estremeciam diante dos maiores atentados! (...) E em tais condições é de prever quantos desvarios não seriam eles capazes no domínio do terror em que viviam! (...) consta que assaltavam as povoações como verdadeiros vândalos (RAIOL, 1970: 898).

Através dessas palavras, pode-se perceber que um dos principais motivos para o uso da história clássica no texto de Raiol constituía-se na perspectiva deste autor em acreditar que grande parte das populações amazônicas de sua época eram portadoras de costumes considerados “inferiores”, se comparados aos dos europeus. Assim, embora o Barão de Guajará não faça uso, nesta citação, do conceito “bárbaro” para designar os rebeldes nos “motins”, emprega outra denominação: “vândalos”, utilizada pelos antigos romanos para denominar um dos povos invasores daquela civilização no final do regime imperial.

Curiosamente, a própria denominação “Império” ou “*Imperium*” e não “reino” para o regime político do Brasil durante grande parte do século XIX constituía-se indiretamente a uma alusão ao antigo Império Romano, característica de uso comum entre diversos estados e reinos europeus desde a Idade Média, citando apenas como exemplos os Impérios Carolíngio, Napoleônico e Inglês.

A partir desta característica, torna-se clara a percepção de que Raiol, assim como provavelmente outros historiadores brasileiros de seu tempo, utilizava-se da história do Império Romano, na forma de parâmetro para a análise do Império Brasileiro, realizando constantes interações entre ambas as histórias. Assim, embora distantes temporal e culturalmente, a monarquia no Brasil era constantemente associada ao império dos césares

na antiguidade. Um exemplo dessa prática pode ser percebido na obra do Barão de Guajará, que, referindo-se as agitações das turbas no Grão-Pará expressou: “*servam de exemplo Percênio e Vibuleno, simples soldados romanos, que no reinado de Tibério agitaram as legiões de Bleso*” (RAIOL, 1970: 111).

Subjacente a esta argumentação, mas não menos importante, encontra-se um aspecto revelador, pois conforme o raciocínio utilizado pelo Barão, os escritos da história romana forneciam elementos para justificar e apoiar D. Pedro II e “sua Augusta Família” (Ibidem, p. 44), regime no qual Raiol estava fortemente inserido, seja no papel de historiador, nobre, ou político Imperial.

Nesta perspectiva, a presença da história clássica na narrativa de Raiol também servia como forma de reafirmar que as ameaças às instituições político-sociais, não se constituíam em aspectos exclusivos das sociedades modernas e contemporâneas, mas que também já haviam sido causadoras de tensões, conflitos e rebeliões no passado, propiciando guerras civis e fragmentações naquelas civilizações, servindo de alerta a manutenção da ordem política e de ameaça à unidade territorial do Brasil.

Aderindo ao preceito de que “*a história não se escreve do passado para o presente, como comumente se acredita. Escreve-se do presente para o passado*” (GUSDORF, 1993: 5), Raiol introduziu essas descrições sob o prisma de seus valores, construindo acima de tudo um discurso de poder.

Ademais, vale ressaltar que a narrativa do Barão de Guajará possui muitas referências à história clássica. Esta, em variados momentos, servia, entre outros pontos, para enfatizar e defender o regime monárquico no Brasil e seu ímpeto “civilizatório”; através dela “*a interpretação da história do Pará ainda passava por uma leitura marcada pelos cânones europeus*” (FIGUEIREDO, 2008: 5). Nesse sentido, as rebeliões populares, chamadas muitas vezes de “motins” eram desqualificadas e suas multidões eram constantemente comparadas aos supostos atos de violência deflagrados por pobres e plebeus da antiguidade. Isso fica perceptível nas palavras a seguir, presentes na obra “*Motins Políticos*”:

Como entre os romanos a luta incandescente dos plebeus contra os patrícios, assim a revolta dos cabanos desenvolveu-se sem tréguas contra várias classes, porém mais encarniçada e cruel, por não ter nenhum princípio ou interesse geral que lhe servisse de móvel. (RAIOL, 1970: 925).

Contudo, mais que simplesmente comparar cabanos com plebeus, o Barão de Guajará buscava examinar os textos dos antigos para “descobrir” as supostas “interações” de “exemplos” do passado clássico com as distantes motivações e razões que haviam propiciado as lutas políticas e sociais no Grão-Pará. Dessa maneira, essa tarefa não se constituía apenas em um exercício de erudição, mas também uma forma de correlacionar fatos históricos aparentemente distintos e distantes temporalmente, mas que para Raiol, tinham em comum o fato de simbolizarem o fio condutor de acontecimentos que se aproximavam por representarem, em suas respectivas épocas, “ameaças” ao “progresso” e desenvolvimento dos povos.

Nessa perspectiva, assim como em Roma, na antiguidade, cuja civilização havia desaparecido em parte devido à invasão de povos chamados “bárbaros”, o Império brasileiro, segundo Raiol, também havia sofrido, durante a fase regencial, o risco de entrar em colapso e fragmentação, em razão dos diversos “motins” com participação das “turbas” nas mais variadas regiões.

Sendo assim, além de aproximar os eventos da história paraense na primeira metade do século XIX com o passado romano da antiguidade, Raiol também inseriu “fragmentos” e “exemplos” do mundo clássico em *“Motins Políticos”*, a partir de outros objetivos: um dos mais evidentes foi a perspectiva de utilizar a história antiga na forma de ensinamento político-social para a posteridade, como será observado no tópico a seguir.

Aprendendo com os antigos: A história romana como lição

Além do caráter “erudito” e “político” no uso de “exemplos” do passado romano, Domingos Antônio Raiol, à sua maneira, também considerava seu livro como proporcionador de “lições” para as gerações futuras, pois os diversos “motins” não simbolizavam apenas acontecimentos que haviam ameaçado as estruturas político-sociais dominantes na província, eram também eventos “exemplificadores” para as gerações políticas vindouras, os quais a antiguidade clássica ajudava a referenciar.

Nesse aspecto, se levarmos em consideração que a utilização da história antiga, grega ou romana, era uma prática usual bastante corriqueira nos estudos de historiadores e demais escritores daquela época – que, em muitos momentos “retornavam” aos antigos não apenas para tentar explicar algo ou para melhorar a erudição de sua escrita, mas principalmente para legitimar seus respectivos discursos –, as palavras de Raiol, expostas a seguir, constituem-se um interessante exemplo desses objetivos:

Quem dera que as páginas sangrentas da história paraense possam inspirar lições salutares de moralidade aos pregoeiros das más doutrinas, aos instigadores das multidões contra as leis e os princípios de justiça, com sacrifício da ordem e das próprias garantias individuais. Os erros de uns hoje geram os erros de outros amanhã. (1970: 920).

Através dessas perspectivas, o Barão do Guajará enxergava seu livro como prestador de um importante “papel”, não apenas em relação ao passado da província, mas principalmente para o presente e futuro, pois os “motins” ocorridos nas fases do primeiro reinado e regência não podiam nem deviam voltar a acontecer, e as lideranças políticas tinham o dever de conhecer o passado, para tentarem evitar que tais episódios pudessem repetir-se no contexto das próximas gerações da província do Pará e do Brasil. Dessa forma, Raiol, através da exposição das “ações” e “comportamentos” de alguns personagens ilustres da antiguidade romana, almejava apontar variadas “lições” destinadas a esclarecer as elites imperiais nacionais:

Descrevendo a tirania de um Verres, a ambição de um Catilina, (...) a história demonstra que as calamidades públicas provém quase sempre do ódio, da inveja, da coleta, do orgulho, do amor-próprio desordenado, desses outros sentimentos que transviam o coração humano. E descrevendo a abnegação de um Sêneca, o patriotismo de um Catão, o afeto filial de um Coriolano, produz a emulação por essas grandes virtudes que arrastam o homem aos sublimes cometimentos de heroísmo por amor da humanidade, da pátria e da família (1970: 416).

Pode-se perceber em trechos como estes, no qual personagens do passado clássico, como Verres, Catilina, Catão e Coriolano são expostos em seus sentimentos e ações, que Raiol, através de seu texto, não estava preocupado unicamente em passar uma “mensagem política”; seu objetivo era mais amplo, consistindo também em apresentá-la com nítidos aspectos subjetivos, que enfatizavam particularmente o “amor à pátria”, representado pela monarquia.

Dessa maneira, era por meio do artifício de alguns argumentos pertencentes aos “princípios e aos fins” da política dos antigos que o Barão de Guajará, em determinados momentos, almejava dois objetivos: responder as indagações e problematizações que correspondiam aos conflitos políticos e sociais no Pará da primeira metade do século XIX e, ao mesmo tempo ensinar às autoridades do presente como agir em situações de crise, através dos eventos do passado romano.

Outro ponto perceptível em sua narrativa era a tentativa de demonstrar, com o “olhar” e valores de seu tempo, as vantagens propiciadas pelo regime imperial, que passou a existir

no país após 1822. Esta definição da história, utilizada pelo Barão de Guajará, valorizadora dos ideais monárquicos e católicos, foi uma tônica constante no decorrer das páginas da obra “*Motins Políticos*”.

Ela se caracterizava pela ideia na qual alguns personagens ou eventos da antiguidade serviam não apenas como representações de preceitos políticos, mas também morais, cujo valor não era aplicado apenas aos acontecimentos narrados na obra em si, mas servindo também para demonstrar a suposta “liberdade” política vivenciada pelo autor em seu tempo presente, a qual só seria ameaçada por novas ações “violentas” e “desordenadas” das “turbas”.

Esses pressupostos, além de fundamentarem as opiniões conservadoras do autor, caracterizavam-se também pelas suas percepções dos eventos históricos, que na opinião de Domingos Antônio Raiol, possibilitariam constantes alternâncias de comando e também poderiam representar, em suas “essências”, consequências trágicas para o futuro político-social e, principalmente, para o progresso do país. Esta percepção de uma história capaz de apresentar alterações nos “jogos de poder” torna-se visível na citação a seguir, presente no segundo tomo de “*Motins Políticos*”, em que são expostos eventos referentes às guerras civis do final da república romana:

As proscricções de uns arrastam sempre as proscricções de outros. Mário proscreeu os amigos de Sila, mas Sila por sua vez proscreeu também os amigos de Mário... Não faltam nunca os Cornélios Cinas para apoiar a causa dos proscritos e elevá-los ao poder. (...) Os vencidos de hoje podem ser os vencedores no dia seguinte (1970: 343).

Além dessa característica, o texto de Domingos Antônio Raiol, ao referir-se aos eventos da Roma republicana e imperial, tinha entre outros aspectos, o objetivo de demonstrar que os preceitos e cuidados que os antigos romanos muitas vezes não tiveram nos “jogos de poder” serviriam de experiência no trato das lideranças políticas, não apenas em relação às camadas populares, mas também no tocante as próprias elites contrárias aos interesses monárquicos.

Outro objetivo do autor de “*Motins Políticos*”, pela utilização de exemplos do passado romano em sua narrativa, baseava-se na convicção de que as sociedades políticas modernas eram marcadas historicamente pelas influências das lutas político-sociais da época clássica, não apenas nos modelos de suas instituições, mas também nas maneiras de agir frente às dificuldades impostas pelas rivalidades e rebeliões populares. Dessa forma,

Raiol também se aproximava das perspectivas dos antigos ao considerar os “exemplos” do passado grego ou romano de maneira “universal”, ou seja, poderiam ser aplicados como lições, aos mais variados acontecimentos históricos, pertencentes a qualquer sociedade.

Os próprios romanos, dois mil anos antes, contemplavam sua história sob uma perspectiva “universal”, só que de forma diferenciada, pois a mesma, no caso da antiga Roma adequava-se e interagia com a sua política expansionista, como destaca o historiador José Carlos Reis:

A idéia de ‘história universal’ só começou a ser formulada e a ser central numa cultura com os romanos. (...) O passado e o futuro tornaram-se assimétricos e o futuro passou a ser o centro de gravidade da história. Em Políbio, a idéia de uma ‘história universal’ se confundia e se restringia à do Império Romano, cujo fim era a romanização de todo o mundo. (REIS, 2007, p. 18).

No tocante a essas palavras, Domingos Antônio Raiol, ao seu estilo, também pensava em uma espécie “nova” de “humanidade universal”, só que a mesma deveria estar direcionada e aberta aos ideais “civilizatórios” de sua época, ou seja, de finais do século XIX, centrados particularmente nos valores e na cultura da Europa Ocidental. Assim, reafirmando os pensamentos anteriores, se a correlação de eventos históricos, pertencentes a épocas e contextos sociais distintos era uma prática bastante comum na narrativa de “*Motins Políticos*”, parte considerável destes fragmentos, pertencentes à história antiga, como já foi ressaltado, destinava-se à aplicação na forma de ensinamentos para as sociedades do presente e do futuro. Esse “uso” da história clássica pode ser observado na citação a seguir, referente aos momentos finais do império romano:

As multidões agitadas não aceitam contraditas nem correções penais aos seus desatinos; são inconstantes e insaciáveis; como elevam, assim abatem. Sirva-nos de lição a antiga Roma: as legiões pretorianas em menos de um ano confiaram o poder supremo e sucessivamente assassinaram a Galba, a Óton e a Vitélio. Além das indisposições pelos castigos infligidos, havia ainda contra Eduardo Angelim o descontentamento pelas preterições nas nomeações de empregos, nos quais os rebeldes esperavam ser contemplados. (RAIOL, 1970: 935).

Por meio dessas palavras, Domingos Antônio Raiol almejava mais uma vez, tirar “lições” da história romana, na qual, a guarda pretoriana havia se revoltado e assassinado sucessivos imperadores, assim como os cabanos no Pará, que, em sua opinião, “incontroláveis”, tinham sido supostamente responsáveis por ameaças ou tentativas de

assassinatos de diversas lideranças dos “motins”, como por exemplo, Eduardo Angelim, presente na citação.

Ao rememorar a antiga Roma, Raiol reafirmava sua forma de governo ideal para o Brasil: a Monarquia. Esse regime era admirado pelo Barão de Guajará não apenas pela sua admiração e proximidade política com seu governante, ou em razão de sua suposta “estabilidade” e “segurança”, mas principalmente por ter afastado qualquer possibilidade das massas populares, em seus costumes “dissolutos” e opostos à “civilização” assumirem o poder.

O Barão de Guajará, evidentemente, não nutria qualquer afeição pelo que considerava “instabilidade”, “desmandos” e “incertezas” que um governo sob poder das “turbas” poderia supostamente representar. Assim, o texto de *“Motins Políticos”*, embora se volte para eventos do passado, diversas vezes de épocas muito distantes, pode ser entendido e relacionado ao momento contemporâneo do autor, marcado por acontecimentos como “emancipação dos escravos, mudanças em políticas públicas, emergência de novas idéias filosóficas, e assim por diante” (CHALHOUB, 2003: 96).

Ademais, vale ressaltar que o uso de citações provenientes da história romana na obra *“Motins Políticos”* também pode ter sido influenciado pelas enormes mudanças ocorridas na Amazônia em fins do século XIX, já que os últimos tomos foram publicados entre 1880 e 1890, fase na qual Belém e Manaus começavam a passar por uma grande expansão econômica ocasionada principalmente pelas exportações do látex, facilitando a penetração dos valores da cultura europeia de forma mais incisiva.

Essas mudanças, claramente inspiradas na Europa, foram implicitamente percebidas e defendidas pelo Barão de Guajará, pois simbolizavam também a sua própria visão de mundo caracterizada por considerar os costumes e a cultura ocidental como propensamente “superiores”. Nesse sentido, *“através de comparações e analogias com a história e literatura do velho mundo, que fornece parâmetros interpretativos”* (ZILLY, 1997: 96), Raiol podia “explicar” o passado da província do Pará por meio de um olhar nitidamente embebecido pela história da antiguidade clássica.

Finalmente, através desse percurso, Raiol acreditava estabelecer uma narrativa mais consistente sobre o passado do Grão-Pará, pois os “exemplos” e “lições” da antiguidade romana funcionavam como importantes caminhos que poderiam auxiliar na manutenção e estabilidade do decadente e ameaçado regime imperial brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de. *O Guarani*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema. 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CICERÓN, M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- CRUZ, Hernesto. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Delenda Cartago? A antiguidade clássica, o modernismo literário e a história da independência na Amazônia, 1823-1923*. IN: TUPIASSU, amarílis (org.) Estudos literários (coleção Linguagens). Belém: Unama, 2008.
- GUSDORF, Georges. *As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Univamp, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MARX, Karl. *Karl Marx: Sociologia*. Org. Octávio Ianni. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 1996.
- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1995.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

ENTRE CABANOS E PLEBEUS: a presença da história clássica romana na obra *Motins Políticos* – por Luciano Demetrius Barbosa Lima

RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: História*. Org. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICCI, Magda. *História Amotinada: memórias da Cabanagem*. Cadernos do CFCH. Belém 12 (1-2): 13-28, 1993.

_____. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. IN : *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia* / José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, (orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROSENFELD, Anatol/ GUINSBURG, J. *Romantismo e Classicismo*. In: GUINSBURG, J., org. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social; ensaio sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes*. Coleção Os pensadores. 3ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém, Paka-Tatu, 2000.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198 – 215

ZILLY, Berthold. Civilização versus barbárie. Um confronto entre Facundo (1845) de Sarmiento e Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha. IN: AGUIAR, F.: MEIHY, J.C.S.B. & VASCONCELOS. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

Recebido em: 10/07/2010

Aprovado em: 08/11/2010